

*eletrônicos, mostrando lances menores desses fornecedores, com intervalos de milésimos de segundo entre um e outro.* Grifo nosso

O poder legislativo já reconhece tal prática e elaborou projeto de lei a fim de impedir a continuidade desta prática ilegal, o Projeto de Lei nº 1.592 de 2011 o qual destaca que ***“a utilização desses mecanismos acaba por estabelecer condições injustas de competição” e “os fornecedores do Poder Público que não estivessem dispostos a recorrer a estes artifícios dificilmente poderiam sair vitoriosos em uma licitação”***. O projeto prevê ainda a suspensão de participação de licitação e impedimento de licitar com a Administração Pública por 2 (dois) anos.



No mesmo sentido o Instituto Brasileiro de Gestão em Gestão Pública, já se manifestou de forma contrária ao uso de softwares de Robôs em procedimento de licitações conforme se pode conferir na página do instituto, cujo conteúdo trazemos a seguir: